

Ministro
Fábio Vaz Pitaluga
MD. Comissário do Brasil à Comissão Internacional da Baleia

13 de janeiro de 2010

Senhor Comissário,

Cumprimentando-o, as 31 instituições signatárias da presente Carta Aberta desejam expressar sua preocupação com a situação corrente da caça à baleia no hemisfério sul e oferecer considerações referentes ao posicionamento do Brasil enquanto membro ativo das negociações a portas fechadas com o Japão e outros países ora em curso, e que deverão ter continuidade ainda este mês.

A continuação, de parte do Japão, do abuso flagrante do Artigo VIII da Convenção Baleeira de 1946 (que cria a brecha da famigerada caça “científica”) e a continuada violação do Santuário de Baleias do Oceano Austral estão levando não apenas aos atos de violência desmedida como os recentemente registrados na Antártida, com grave ameaça à vida humana e ao ambiente antártico, mas também ao crescente descrédito tanto da CIB como do próprio processo negocial. Cada vez mais se evidencia não apenas o desinteresse do Japão por uma solução diplomática, mas ainda sua atuação firme no sentido de consolidar a inaceitável apropriação dos recursos representados pelos cetáceos do hemisfério sul de maneira unilateral e arbitrária.

O Brasil, que ao longo das últimas duas décadas, construiu uma política de liderança internacional na conservação dos cetáceos, tanto na CIB como em outros foros, teve também participação proativa e de boa fé em todo o curso do processo de negociação visando encontrar um futuro comum para a CIB, no qual, como condição sine qua non para a acomodação de posições, a truculência dos atos unilaterais, em especial no que tange à caça dita “científica” e à violação de Santuários, fosse abandonada. Para tanto, foram oferecidas ao Japão e demais interessados condições extraordinárias de tolerância para com esses atos deploráveis.

A tolerância, o diálogo e a distensão, que levaram inter alia a um enfraquecimento da posição brasileira e regional, ao não se condenar aberta e firmemente a caça antártica nesta temporada, não estão produzindo quaisquer resultados que se possam considerar aceitáveis. É absolutamente inconcebível que o investimento diplomático feito pelo Brasil e demais países pró-conservação resulte em um acordo que legitime, sob qualquer pretexto, a continuidade da matança de baleias no hemisfério sul.

Uma suposta “redução global” do número de baleias caçadas no presente, sem a garantia do fim da matança antártica e de salvaguardas legais e obrigatórias que restrinjam efetivamente a caça em águas de outras regiões, consiste tão somente em arreglo político que não interessa nem às baleias, nem aos países como o Brasil, onde as garantias para o uso não-letal dos cetáceos no futuro são a chave da gestão adequada do “recurso cetáceos”.

Permitir a continuidade da matança pelágica agora é abrir as portas para ameaças diretas a nossos interesses regionais no futuro, e a oferta de um “santuário temporário” no Atlântico Sul como atualmente em negociação, ao mesmo tempo em que o Japão segue violando o Santuário Antártico, não serve como compensação aceitável.

Solicitamos, portanto, a Vossa Senhoria, consoante a política brasileira consolidada a favor da conservação dos cetáceos na CIB, NÃO APOIAR, já seja nas negociações secretas nas próximas semanas, na reunião do “Small Working Group” em março próximo ou na próxima Reunião Anual da CIB, quaisquer propostas e/ou iniciativas que não contemplem a CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAÇA À BALEIA NO HEMISFÉRIO SUL. Da mesma forma, solicitamos que o Brasil se posicione contrário à continuação de um processo secreto de

negociação, que viola de forma flagrante os princípios de transparência e “accountability” esperados tanto de um organismo multilateral como dos funcionários de governo que ao mesmo assistem.

O Brasil não pode correr o risco de transformar-se, por ação ou omissão, em cúmplice da legitimação da continuidade da matança de baleias em águas internacionais. Confiamos em que a delegação brasileira levará em consideração os comentários supra e atuará de forma a honrar nosso histórico, duramente construído, de liderança conservacionista nesta Comissão que clama por modernidade e não por retrocesso.

Atenciosamente,

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO-AGÊNCIA COSTEIRA
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ASSOCIAÇÃO CAATINGA
- CENTRO DE CONSERVAÇÃO CETÁCEA – BRASIL
- REDE COSTEIRO-MARINHA E HÍDRICA DO BRASIL
- CENTRO DE ESTUDOS DO MAR ONDA AZUL
- CENTRO GOLFINHO ROTADOR
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL
- ECOSUL
- FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO
- GLOBAL GARBAGE – PROJETO LIXO MARINHO
- GREENPEACE
- GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA
- INSTITUTO AMIGOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA
- INSTITUTO AQUALUNG
- INSTITUTO BAÍA DE GUANABARA
- INSTITUTO BALEIA JUBARTE
- INSTITUTO JUSTIÇA AMBIENTAL
- INSTITUTO MAMÍFEROS AQUÁTICOS
- INSTITUTO MARAMAR
- INSTITUTO PEABIRU

- INSTITUTO SEA SHEPHERD BRASIL – GUARDIÕES DO MAR
- MATER NATURA – INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
- REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA
- MOVIMENTO AMBIENTAL OS VERDES DE TAPES
- ORGANIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL PRÓ-MAR
- PROJETO MIRA-SERRA
- REDE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL – REBIA
- SOCIEDADE MUNDIAL DE PROTEÇÃO ANIMAL – WSPA
- SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SPVS
- SÓCIOS DA NATUREZA